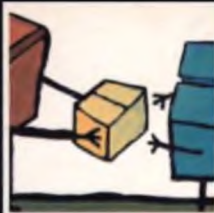


40  
ano  
UnB à frente



Lauro Morhy  
organizador geral

# Brasil em Questão

A Universidade e a  
Eleição Presidencial



EDITORA

UnB

Ao completar suas primeiras quatro décadas de existência, a Universidade de Brasília (UnB) apresenta à sociedade *Brasil em Questão: a Universidade e a Eleição Presidencial*, coletânea de artigos que pode ser definida como verdadeira imersão na realidade histórica, cultural, política e socioeconômica brasileira.

Esta obra é resultado dos debates desenvolvidos no âmbito do *Fórum Brasil em Questão*, rico e promissor diálogo orientado por um esforço de busca e superação de nossos desafios. Instalado em fevereiro de 2002, o *Fórum Brasil em Questão* trouxe, à UnB, durante cinco meses, 41 especialistas das mais diversas áreas para apresentarem e discutirem suas visões sobre temas estratégicos para o País

# **Brasil** **em Questão**

**A Universidade e a  
Eleição Presidencial**

*Fernando Henrique Cardoso*

Presidente da República

*Paulo Renato Souza*

Ministro da Educação

*Francisco César de Sá Barreto*

Secretário de Educação Superior

## FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

### Conselho Diretor

*Lauro Morhy* – Presidente

*Antônio C. de Matos Paiva*

*Carlos Alberto Rodrigues da Cunha*

*Carolina Martuscelli Bori*

*Flávio Rabelo Versiani*

*Inocência Mártires Coelho*

*Gileno Fernandes Marcelino*

*Jacques Rocha Velloso*

## UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitor: *Lauro Morhy*

Vice-Reitor: *Timothy Martin Mulholland*

Decano de Ensino de Graduação: *Michelangelo Giotto S. Trigueiro*

Decano de Pesquisa e Pós-Graduação: *Noraí Romeu Rocco*

Decana de Extensão: *Dóris Santos de Faria*

Decano de Administração e Finanças: *Érico Paulo Siegmart Weidle*

Decana de Assuntos Comunitários: *Thérèse Hofmann Gatti*

Laboratório de Estudos do Futuro: *Henrique de Sousa Novaes*

Assessoria de Assuntos Internacionais: *José Flávio Sombra Saraiva*

Assessoria de Comunicação: *Rodrigo Caetano*



# Brasil em Questão

## A Universidade e a Eleição Presidencial

Organizador Geral

**Lauro Morhy**

Co-organizadores

**Marcos Formiga**

**Regina Marques**

**Adler Andrade**

**Tânia Costa**

Universidade de Brasília

Laboratório de Estudos do Futuro/Gabinete do Reitor

Editora Universidade de Brasília

---

**2002**

**Equipe Editorial:**

Profª. Drª. Wânia de Aragão-Costa (Preparação de Originais)

Belª. Carmem Galvão (Revisão)

Fernando Brandão e Franklin Cruz (Editoração Eletrônica)

Formatos Design Gráfico (Projeto Gráfico)

Formatos Design Gráfico (Capa e Aberturas sobre ilustrações de Richard Cook - *Getty Images*)

Copyright © 2002 by Editora Universidade de Brasília.

Impresso no Brasil.

Direitos exclusivos para esta edição:

Editora Universidade de Brasília

SCS Q. 02, Bloco C, N° 78

Ed. OK, 2º andar

70300-500 Brasília-DF

Tel: (0xx61) 226-6874

Fax: (0xx61) 225-5611

editora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

Ficha catalográfica elaborada pela  
Biblioteca Central da Universidade de Brasília

---

B823                    Brasil em questão: a universidade e a eleição presiden-  
                              cial / Lauro Morhy (organizador). – Brasília : Editora  
                              Universidade de Brasília, 2002.  
                              512p.

ISBN 85-230-0700-8

1. Política – Brasil. 2. Governo: estrutura: política.  
3.  
Cidadania. I. Morhy, Lauro.

---

CDU – 32(81)

## Agradecimentos

O trabalho coletivo é, sempre, resultado dos esforços de ponderável número de pessoas que se comprometem por acreditarem no objetivo final proposto. Somos gratos a todos que contribuíram para o êxito do Fórum *Brasil em Questão*.

Em especial, nosso reconhecimento aos palestrantes que ousaram apresentar e discutir questões inquietantes dos nossos dias, e propor caminhos para o Brasil.

Nominalmente, agradecemos ao grupo consultivo do Fórum: Adler Andrade, Amado Cervo, Antônio José Escobar Brussi, Benício Viero Schmidt, Cristovam Buarque, Dércio Munhoz, Dóris Faria, Érico Paulo Siegmar Weidle, Flávio Rabelo Versiani, Henrique de Sousa Novaes, Jacques Velloso, José Flávio Sombra Saraiva, José Geraldo de Sousa Júnior, Lúcia Mercedes de Avelar, Marcel Burstyn, Marcos Formiga, Michelângelo Giotto S. Trigueiro, Noraí Romeu Rocco, Pedro Tauil, Regina Marques, Rodrigo Caetano, Sophia Wainer, Tânia Costa, Thérèse Hofmann Gatti, Timothy Martin Mulholland, Vamireh Chacon, Viviane Coutinho Sabino.

Expressamos nossa gratidão aos colaboradores da Universidade de Brasília que ofereceram relevante apoio, sem o qual não teria sido possível a realização do Fórum *Brasil em Questão* e a publicação deste livro – especialmente Decanato de Ensino de Graduação; Decanato de Extensão; Decanato de Assuntos Comunitários; Departamento de Música/IDA; Cerimonial; Prefeitura do Câmpus; Assessoria de Comunicação; Assessoria de Assuntos Internacionais;

Centro de Informática; Núcleo de Multimídia e Internet do Departamento de Engenharia Elétrica, CPCE, Gabinete do Reitor, Editora da Universidade. Também agradecemos aos músicos que se apresentaram no início dos debates e à Escola do Futuro da USP.

**LAURO MORHY**  
**REITOR DA UNB**



## Sumário

### APRESENTAÇÃO

Lauro Morhy 11

### ABERTURA DO FÓRUM

Lauro Morhy 15

### 29 de fevereiro BRASILIDADE

Roberto Freire 21

Artur da Távola 31

Aspásia Camargo 37

Vamireh Chacon 47

### 10 de março BRASIL NO MUNDO

Samuel Pinheiro Guimarães 53

Oliveiros Ferreira 63

Amado Cervo 75

### 20 de março POLÍTICAS DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

Márcio Pochman 85

André Urani 97

Cristovam Buarque 107

3 de abril A INFRA-ESTRUTURA NACIONAL

Yeda Crusius 119

Luiz Pinguelli Rosa 129

Décio Munhoz 139

10 de abril SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO

Sergio Arouca 155

Marcos Helano Montenegro 167

Sebastião Viana 177

Pedro Tauil 185

17 de abril EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Roberto Vermulm 197

Sergio Rezende 207

João Batista de Oliveira 217

Lauro Morhy 231

24 de abril CIDADANIA, EXCLUSÃO SOCIAL  
E VIOLÊNCIA

Guilherme de Almeida 239

Sueli Carneiro 245

Luiz Mott 253

Dóris Faria 261

5 de junho	A DIVERSIDADE REGIONAL BRASILEIRA	
	Armando Mendes	275
	Maria Adélia de Souza	283
	Eduardo Suplicy	295
	Cristina Mac Dowell	307
	Marcos Formiga	321
19 de junho	MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, AMAZÔNIA	
	Washington Novaes	351
	Marina Silva	361
	Edna Ramos Castro	371
	Marcel Burstyn	379
3 de julho	REFORMAS ESTRUTURAIS PARA O PAÍS	
	Ricardo Varsano	391
	Wilson Cano	405
	Vinícius Carvalho Pinheiro	433
	José Geraldo	447
17 de julho	A UNIVERSIDADE BRASILEIRA	
	Helgio Trindade	459
	Edson Franco	475
	Jacques Velloso	485
	Lauro Morhy	499





# A infra-estrutura nacional

Yeda Crusius  
Luiz Pinguelli Rosa  
Dércio Munhoz

3 de abril



# Globalização, Privatização e Crise de Energia

**Luiz Pinguelli Rosa**

A questão que se coloca não é apenas a da infra-estrutura, mas, sim, o desenvolvimento do país. Numa sociedade com tantas exclusões sociais e violência, temos de internalizar decisões, pois a globalização não pode ser vista como uma fatalidade ou um caminho único. Não vamos resolver os problemas do Brasil esperando a decisão dos países muito desenvolvidos, que têm sua própria agenda de problemas. Naturalmente, isso não significa negar o caminho da integração econômica e política mundial. Temos, contudo, a obrigação de decidir o melhor para o Brasil, porque fomos pagos para estudar em universidades públicas e gratuitas, com dinheiro público, do povo brasileiro. Portanto, nosso primeiro dever intelectual é com o povo brasileiro.

A Espanha e Portugal foram incluídos na União Européia por uma questão política, ganhando com isto, graça ao apoio dos países mais ricos da Europa. Mas, na América Latina, não temos quem nos apóie. Por mais que tenhamos nos alinhados

---

Luiz Pinguelli Rosa é Diretor da Coordenação de Programas de Pós-Graduação em Engenharia (COPPE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), na área de Programa de Planejamento Energético. Coordenador do Instituto Virtual Internacional de Mudanças Globais. Ex-consultor do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

com os americanos de todas as formas possível, eles taxam o aço brasileiro e não têm muita contemplação com nosso presidente quando temos problemas internos financeiros. O mesmo ocorre com a Argentina, que caiu numa situação de crise por ter seguido uma política que seu presidente cassado, Menen, chamou de “relações carnavais” com os EUA.

Existem teorias que descrevem como os fatos devem ser e existem fatos que comprovam ou não essas teorias. As ciências naturais são muito objetivas, embora possamos discuti-las quanto ao método. Nas ciências da sociedade a objetividade é mais difícil. A teoria econômica liberal é um exemplo. Com base nessa teoria, decidiu-se a privatização de várias empresas brasileiras e, entre elas, aquelas ligadas ao setor elétrico. Foram privatizadas com a promessa de cumprirem três metas: primeira – investimentos, os setores privatizados receberiam investimentos estrangeiros, principalmente; segundo, qualidade – com a tecnologia estrangeira melhor teríamos, no caso da energia, teríamos uma energia mais estável, e com garantia de suprimento; terceiro, tarifas baixas, ou seja, teríamos muita energia, muito investimento, com qualidade e com tarifas baixas.

O que aconteceu foi: não tivemos energia suficiente, houve um apagão, e só não foi geral porque cada um de nós fez o racionamento. Qualidade não tivemos, pois não houve investimento. O sistema elétrico privatizado falhou. O Brasil tinha um sistema de energia elétrica num padrão muito bom, até em comparação com alguns países desenvolvidos. E as tarifas agora estão muito altas. Então, o mundo real inverteu a teoria. A teoria prometeu: a) investimentos privado e estrangeiro – não ocorreu b) qualidade – está horrível; c) tarifa baixa – está alta.

O mundo real contrariou a teoria. Não adianta ficar explicando. Não funcionou o modelo. Tanto é assim que o governo



agora admite uma revitalização do modelo. Não funcionou e precisa funcionar porque precisamos desenvolver o país.

Dizem que vivemos num mundo pós-moderno, onde tudo é muito diferente. Esse mundo virtual, abstrato, desmaterializado é para os americanos, que acabaram de taxar o aço brasileiro, um produto material para defender sua produção interna de aço. E estão atentos à política do aço. Já no Brasil, queremos ser modernos, ninguém quer produzir coisas materiais: seremos todos filósofos, pensadores, operadores de computadores, de turismo. Enquanto isso, temos muitos meninos que ficam nas esquinas como flanelinhas limpando pára-brisas de carros e, de vez em quando, assaltam, porque não há pasta de trabalho suficientes.

É necessário infra-estrutura para um país se desenvolver, para as famílias terem conforto, para a produção econômica se realizar, para criar empregos. Na inserção internacional, o Brasil faz um esforço para cobrir as importações, mas o governo já fala novamente em substituição das importações. Há pouco tempo, se um aluno de economia falasse isso seria reprovado. O nosso problema é descobrir uma forma para, qualquer que seja o presidente eleito, a sociedade brasileira possa evoluir.

É preciso ficar claro que não foi a falta de chuva que levou a esta crise de energia. Embora esse tenha sido o argumento utilizado pelo governo, ele não corresponde exatamente à verdade. Durante a crise, outros colegas e eu fomos consultados pelo governo e pelos industriais. O seu método de resolver a questão de energia não funcionou. É verdade que houve falta de chuva, mais no Nordeste do que no Sudeste; mas, obviamente, o sistema de hidroelétricas é planejado também para períodos de pouca de chuva. Os reservatórios de água das hidrelétricas foram planejados de forma a armazená-la para um período de falta de chuvas. Isso foi feito por engenheiros elétricos brasileiros. E o Brasil tem um

sistema bem feito, interconectado, de maneira que quando não chove muito, usa-se a água dos reservatórios.

Por que, então, houve a crise? Porque quando a chuva diminuiu, os reservatórios estavam vazios. O problema não foi a chuva diminuir, o problema é que não houve investimento.

As estatais foram proibidas de investir para não agravar o déficit público, segundo a contabilidade imposta pelo FMI, e também porque estavam aguardando a privatização. Em alguns casos, o capital estrangeiro comprou as empresas a bom preço e ainda com financiamento do BNDES. Existem casos em que o dinheiro que foi pago na compra da empresa era inferior à soma do caixa da empresa, que foi deixada, de pré-compra de energia. O governo pagou adiantado a energia de vários anos. Para o comprador foi um excelente negócio. Foi como se vender um apartamento e deixar na gaveta do armário para o comprador parte do dinheiro e ainda mandar dar dinheiro para quem fosse morar no apartamento. Então, houve lucro ao comprar. O preço era muito bom, e compraram o ativo existente sem compromisso de investir para expandir.

No modelo do setor elétrico, as companhias distribuidoras têm um contrato de concessão que as obriga a fornecer energia. Então, a cobrança de sobretarifa que está sendo feita para garantir a energia é ilegal, pois quando pagamos a tarifa, pagamos a energia presente e a futura durante o contrato de concessão. Não temos de pagar nada a mais.

As empresas distribuidoras, como a Light no Rio, são obrigadas a fornecer energia ao consumidor, porém as geradoras, não. É livre a iniciativa no setor de geração. Não há obrigação de expandir a geração. Além disso, o sinal de mercado, dado pelo consumidor, é recebido pela distribuidora, que não tem a responsabilidade de gerar energia. As companhias distribuidoras,

portanto, venderam para nós uma energia que não existia. Elas sabiam que não existia, mas era oficialmente dito pelo governo que existia dos níveis dos reservatórios estavam descendo porque não havia geração suficiente, já que ninguém investiu.

Não houve aumento de geração nem de transmissão, e chegamos a esta situação. E o futuro? O futuro imediato é geração emergencial de energia a custos altíssimos. Como voltou a chover, temos mais dois anos de energia elétrica garantida. Depois os reservatórios vão começar a esvaziar. Daqui a 2 anos podemos ter de novo problema de abastecimento de energia elétrica.

O que deveria ser feito no setor elétrico? Primeiro parar de privatizar. Para reestatizar, o governo não terá força. A solução seria criar um sistema de serviço público de energia elétrica único, dentro do qual se enquadrasse todas as empresas estatais e as privatizadas. Quem quiser trabalhar com energia elétrica no Brasil entra para esse sistema público. A Constituição protege esta solução. A idéia é a concessão de serviço público a empresas privadas. Isso significa que o investimento tem de ser planejado para a expansão também, e a tarifa tem de ser controlada. Como serviço público, pode incluir também as empresas privadas.

Segundo, colocar as estatais que têm dinheiro hoje para fazer investimentos e alavancar investimentos privados a diferença, como a Petrobrás fez no setor de petróleo. A Petrobrás não foi privatizada, e hoje garante a política de petróleo no Brasil. O investimento privado está indo para tirar o petróleo de onde já se sabe que ele existe. A expansão da reserva brasileira de petróleo não está sendo feita. Estamos aumentando a produção sem expansão proporcional das reservas. Significa que estamos sacrificando o futuro. Mas pelo menos temos os derivados na porta e a preços toleráveis, o que não acontece com a energia elétrica.

As empresas elétricas estatais devem exercer o papel da Petrobrás no setor elétrico. O presidente de Furnas, Luís Carlos Santos, disse que queria que Furnas fosse a Petrobrás elétrica e que tinha 10 bilhões de reais para investir nos próximos anos. Por essa declaração foi advertido publicamente porque as estatais não podem investir. O setor elétrico estatal tem dinheiro para investir, mas é proibido de investir. E o setor privado, a quem foi dado este papel, não investiu.

Não é simples de resolver o problema elétrico porque as pressões internacionais cairão sobre o governo, pois, por um lado, são interesses econômicos e, por outro, é uma ideologia. Está tudo dando errado, mas vendeu-se a idéia de que esse é o modelo que dá certo. Para sair dessa situação em infra-estrutura, o Estado tem de investir. O problema é enfrentar a pressão internacional.

É possível usar ainda no Brasil bastante hidroeletricidade. Temos um potencial hidroelétrico grande, embora o seu uso provoque impactos ambientais e sociais que precisam ser minimizados. Já energia nuclear não é uma opção tão boa, pois no caso do Brasil, saiu cara demais. O que se discute muito hoje é o Projeto Angra 3, pois já foi feita uma parte, já se comprou equipamento. Mas a solução. A melhor ainda é usar a hidroeletricidade e, progressivamente, mais termoeletricidade e as energias alternativas. A que tem maior potencial de crescer hoje é a eólica, para geração em uma certa escala. Já há exemplos em países europeus, como a Espanha e a Alemanha, embora a energia solar para certos usos seja muito razoável. Para a grande escala ainda não há opção. Todas são caras. A biomassa, o bagaço de cana pode ser usado na termoeletricidade, mas falta uma política de energia, ainda é o mercado que resolve. E quem é o mercado? É o investidor, que vê o que está acontecendo, faz um projeto e aplica.

São bem-vindas as iniciativas, quaisquer que sejam, mas é preciso haver um organismo que planeje, como antes fazia a Eletrobrás. É preciso definir prioridade e alocar os recursos, e as energias alternativas poderão ser mais contempladas.

O Plano emergencial de termelétrica não é de investimento, é de aluguel de equipamento. Serão alugados geradores diesel de grande porte para casos de emergência, mas depois serão retirados. Isso é custeio. Aluguel de equipamento por dois ou três anos. Os recursos poderiam estar sendo usado para investimento. É uma energia caríssima, que vamos pagar mesmo sem usar. Se não usarmos, pagaremos bilhões de reais pela disponibilidade dos geradores.

## TEMAS CORRELATOS

### Termoelétricas a gás

As termoelétricas a gás podem ser usadas em certas situações. O ideal é que essas usinas façam a complementação térmica ao sistema hidroelétrico. Sempre que se tem água, é melhor usá-la, já que a barragem existe, e a água é da natureza e não gastar gás importado da Bolívia. O preço do gás está vinculado ao dólar, que ficou caro demais. A geração termelétrica a gás no Brasil está caríssima, pois o tipo de contrato feito prevê que, mesmo que não se gaste o gás, tem de se pagar como se gastasse. A situação do gás terá de ser resolvida nos próximos 2 ou 3 anos, pois senão dará um prejuízo enorme para o país.

## Monitoramento e Penalização

A falta de um arcabouço institucional composto por mecanismo de monitoração e controle e de regras claras para investimento em cada setor é considerado uma das causas principais dos problemas do modelo neoliberal. A idéia é de que o Estado se reduz à regulamentação, a estabelecer regras para o jogo. É bom que haja regulamentação e regras para o jogo, mas não substitui o problema de fazer o investimento acontecer. A não ser que se tenha uma legislação tão rigorosa e capacidade de apenação muito séria, o que não está acontecendo no Brasil.

As companhias elétricas estão cometendo várias infrações e os órgãos reguladores, em particular a ANEEL, não têm capacidade de fazer a intervenção necessária. Funciona de fato nos EUA, pois lá se prende o infrator e o poder do Estado na regulamentação é forte. Os EUA têm 160 mil pessoas trabalhando nos órgãos regulamentadores de energia, de telecomunicações, em várias especialidades.

Não há no Brasil a idéia de fiscalização. A ANEEL não tem o poder de exigir investimentos do setor privado. Ela estabelece as regras que devem ser cumpridas. Não se envolve com a expansão do setor elétrico.

A privatização do setor elétrico implica um problema de recursos hídrico e não elétrico. A água é um bem público e tem de ser usada por todos e não pode ser propriedade privada. A legislação protege isso, por que a companhia hidroelétrica geradora tem o direito de uso, mas tem de receber impostos, pois maneja a água, e o Brasil não tem ainda problemas de água graves, até porque não usa na proporção devida e necessária. Na produção agrícola pode se expandir e muito, e naturalmente a regulamentação do uso da água para vários fins é o objetivo da

Agencia Nacional da Água – ANA, que está sendo bem encaminhada e ainda é muito recente.

Privatizar as hidroelétricas leva a um problema territorial, pois elas têm uma intervenção imensa no território, não só no uso da água para beber, irrigar, vender, mas também a extensão territorial exigida, o curso dos rios, etc. É uma influência muito grande.

Há o problema do pacto federativo, pois a influência destas hidroelétricas em alguns Estados é enorme e a União unilateralmente está decidindo sobre assuntos que afetam os territórios. Isso é uma questão crucial da soberania nacional e dos estados, até certos pontos definidos pela Constituição, e o governo federal ignorou completamente. Sou contra privatizar qualquer hidroelétrica.

### Solução – Reestatização das companhias energéticas

Não deve ocorrer a re-estatização, mas se não conseguirmos fazer o Estado funcionar, se aceitarmos como uma fatalidade que o Estado tem de ser corrupto, moroso, etc., então não teremos saída, pois mesmo o setor elétrico quando é privatizado, precisa ser regulado. O órgão regulador é o Estado. Se for moroso e corrupto, que às vezes é, não resolve.

A idéia da corrupção pública e da virtude privada está bastante derrubada. E quase sempre o corruptor do Estado é o setor privado. Temos de ter uma cultura contra isso. A morosidade e ineficiência não são apanágios, necessariamente, do setor público. A Petrobrás é uma empresa eficiente. Ela realiza lucro. As empresas estrangeiras quando chegam ao Brasil, querem parceria com a Petrobrás, se associar com a competência empresarial e tecnológica da Petrobrás, como no caso de extração de petróleo

no mar. Se ganhar muito dinheiro é ser eficiente, em geral o Estado não é. O setor privado é. Não devemos ter um Estado nem deficiente, nem corrupto nem moroso. O sistema elétrico era um sistema modelar. Não vejo condições políticas nem financeira para reestatizar as empresas elétricas no país.



*Impressão e Acabamento:*



SIA TRECHO 3 LOTE N° 1760

Fone: (0xx61) 362-0008 / Fax: (61) 362-7476

e-mail: [quick@gns.com.br](mailto:quick@gns.com.br)

contemporâneo.

As discussões ali realizadas certamente não esgotaram a complexidade dos temas. Contudo, como lembra o reitor Lauro Morhy, *Brasil em Questão* “é um meio e, não, um fim. É um bom começo para despertar outras consciências, mentes e corações, pensando e pulsando Brasil”. É desse debate que o leitor é convidado a participar.

Com a publicação, em 2002, de *Brasil em Questão: a Universidade e a Eleição Presidencial*, a UnB cumpre, mais uma vez, seu compromisso histórico de contribuir para a reflexão sobre as alternativas e projetos para o nosso País.

**BRASILIDADE** • Roberto Freire • Artur da Távola • Aspásia Camargo • Vamireh Chacon • **BRASIL NO MUNDO** • Samuel Pinheiro Guimarães • Oliveiros Ferreira • Amado Cervo • **POLÍTICAS DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA** • Márcio Pochman • André Urani • Cristovam Buarque • **A INFRA-ESTRUTURA NACIONAL** • Yeda Crusius • Luiz Pinguelli Rosa • Dércio Munhoz • **SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO** • Sergio Arouca • Marcos Helano Montenegro • Sebastião Viana • Pedro Tauil • **EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA** • Roberto Vermulm • Sergio Rezende • João Batista de Oliveira • Lauro Morhy • **CIDADANIA, EXCLUSÃO SOCIAL E VIOLÊNCIA** • Guilherme de Almeida • Sueli Carneiro • Luiz Mott • Dóris Faria • **A DIVERSIDADE REGIONAL BRASILEIRA** • Armando Mendes • Maria Adélia de Souza • Eduardo Suplicy • Cristina Mac Dowell • Marcos Formiga • **MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, AMAZÔNIA** • Washington Novaes • Marina Silva • Edna Ramos Castro • Marcel Burstyn • **REFORMAS ESTRUTURAIS PARA O PAÍS** • Ricardo Varsano • Wilson Cano • Vinícius Carvalho Pinheiro • José Geraldo de Sousa Júnior • **A UNIVERSIDADE BRASILEIRA** • Helgio Trindade • Édson Franco • Jacques Velloso • Lauro Morhy